



Recortes de Imprensa

Janeiro 2011

apoio



ENTREVISTA

APAV

No combate ao silêncio

A APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima tem por missão apoiar as vítimas de crime, as suas famílias e amigos, prestando-lhes serviços gratuitos e confidenciais, bem como contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas, sociais e privadas centradas no estatuto da vítima.

Helena Costa, a Gestora da APAV Açores em entrevista à SABER Açores faz o balanço do trabalho desenvolvido na Região, comentando ainda as principais problemáticas neste âmbito.

SABER Açores - A APAV Açores realizou nos passados dias 9 e 10 de Dezembro as I Jornadas da APAV Açores contra a violência. Balanço desta iniciativa. Helena Costa - As Jornadas da APAV Açores corresponderam às nossas expectativas uma vez que, foram debatidos vários temas que merecem a preocupação da sociedade em geral.

É importante existirem espaços formativos que permitam o debate de ideias, sobretudo quando os assuntos nos dizem respeito a todos nós enquanto cidadãos.

A violência contra as Pessoas Idosas foi um dos temas que teve maior participação por parte do público, assim como, o Burnout foi o tema no qual foram feitas mais perguntas visto ser menos conhecido e ainda pouco divulgado.

Quando realizámos estas jornadas, tínhamos como principal objecti-

vo proporcionar um espaço de partilha de conhecimento e esclarecimento de dúvidas e por isso, o balanço desta iniciativa é muito

positivo.

S.A. - Existem vários tipos de violência que merecem a atenção da APAV Açores, n



Magda Neto
(magda.m.neto@gmail.com)
Fotos: Pedro Borges, D.R.

te momento qual é a situação mais preocupante?

H.C. - Neste momento, a nossa preocupação vai para o possível aumento de crimes patrimoniais que vitimam os grupos mais vulneráveis, como o caso das Pessoas Idosas.

Nesse sentido, no decorrer do ano de 2010 foram realizadas acções de sensibilização/informação em todas as ilhas dos Açores, acerca dos crimes patrimoniais e a prevenção dos mesmos.

Estas acções destinavam-se a Pessoas Idosas e foram realizadas de diferentes formas, sendo que, em quatro concelhos dos Açores a sensibilização foi realizada através de teatro. Contámos para isso com uma parceria com o Comando Regional da PSP dos Açores e com o Grupo de Teatro do Oprimido "Depois dos Enta".

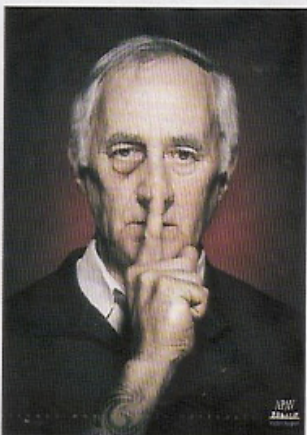
S.A. - O Bullying e a violência contra idosos são já formas de violência frequentes nos Açores?

H.C. - A violência contra as Pessoas Idosas é uma forma de violência que, apesar de frequente, não é denunciada.

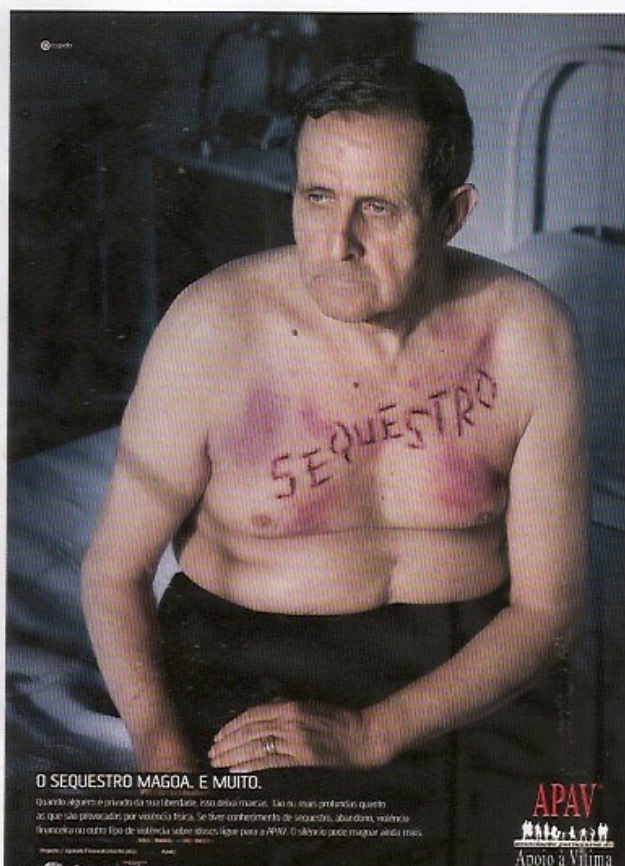
As pessoas idosas raramente denunciam a situação crime de que são vítimas e os motivos para isso acontecer são variados, desde o facto de não terem conhecimento de ser vítimas de crime, a situações de dependência relativamente ao agressor, ao isolamento a que se encontram submetidos que os impede de comunicar com as autoridades, ao facto de o autor do crime ser um filho/a, ou mesmo a própria vergonha de relatar a situação, podem estar na origem da dificuldade da apresentação de queixa. Por estes mesmos motivos, qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma situação crime que afecte uma Pessoa Idosa, pode e deve denunciá-la à APAV e/ou à Polícia.

O Bullying é um fenómeno muito presente nas escolas regionais e por isso é importante desenvolver trabalho a nível da resolução dos conflitos e também na prevenção dos mesmos.

No ano de 2010, a APAV esteve em quase todas as escolas bási-



cas da Região e junto dos professores debatemos ideias acerca do bullying, assim como algumas estratégias para promoção de um espaço escolar sem violência.



A nível nacional a APAV desenvolveu o projecto 4D com o qual se pretende treinar as competências dos jovens na forma como lidam com a violência em contexto esco-

lar, assim como o uso e abuso de substâncias psicoactivas, como álcool e outras drogas. Este projecto foi desenvolvido no Canadá e neste momento foi adap-



ENTREVISTA

tado à realidade portuguesa por investigadoras da Universidade do Minho e da APAV.

O programa foi reconhecido pelo Ministério da Educação e será implementado a nível nacional. Nos Açores a Escola Secundária Domingos Rebelo é, por enquanto, a única que se encontra a aplicar o projecto.

S.A. - A violência doméstica na Região continua a ser uma realidade, que trabalho tem sido desenvolvido e que papel con-



sidera poderá o serviço de tele-assistência a vítimas de violên-

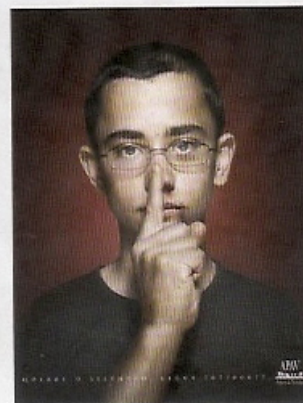
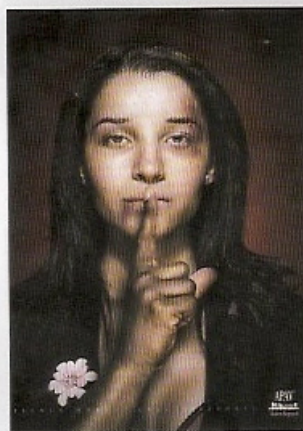
cia doméstica, em teste nos Açores?

H.C. - A violência continua a ser um problema que, apesar de vitimar muitas mulheres, neste momento deixou de ser um crime praticado entre paredes e sem conhecimento de ninguém e passou a ser uma preocupação de todos nós, enquanto sociedade civil e também uma causa comum no exercício da nossa cidadania.

Foi feito um percurso na divulgação desta realidade. A violência doméstica era um crime escondido e que provocava na vítima sentimentos de vergonha e culpa que a impediam de procurar apoio. Neste momento, as vítimas de violência doméstica têm conhecimento dos seus direitos, denunciam as situações violentas e procuram apoio especializado na APAV e noutras ONG.

Para além disso, nos Açores o trabalho em rede proporciona sinergias e por isso um melhor e mais rápido atendimento a estas vítimas. Nestas redes estão presentes as Polícias e o Ministério Público o que se traduz em respostas mais concertadas, céleres e ajustadas à realidade social.

A teleassistência a vítimas de violência doméstica é uma medida importante para a segurança da vítima que pode ajudar a prevenir situações de violência grave.



CRIMES

APAV dá formação a funcionários da Carris sobre como agir perante situações de violência

12 | 01 | 2011 09.41H

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) e a Carris vão atuar em conjunto no apoio a funcionários e clientes perante situações de violência, através de formação especializada aos colaboradores da empresa de transportes públicos.

DESTAK/LUSA | DESTAK@DESTAK.PT

A cooperação entre as duas entidades será formalizada hoje, num protocolo que prevê dar formação aos funcionários da Carris, por técnicos especialistas da APAV, para que saibam agir sempre que exista algum incidente criminal.

"Este protocolo visa reforçar o apoio aos funcionários da Carris e aos seus utentes no caso de serem vítimas de violência, tendo em conta a responsabilidade social que se impõe", disse à agência Lusa o presidente da APAV, João Lázaro.

Além da formação aos funcionários, o acordo pretende também mostrar como a APAV atua na sociedade.

"Queremos aliar a responsabilidade social da Carris aos conhecimentos e capacidade dos técnicos da APAV para poder prestar serviço à comunidade e ter as melhores respostas", acrescentou João Lázaro.

O responsável salientou, contudo, que este protocolo não reflete "de maneira nenhuma" um aumento do número de crimes.

"Ensinamos a agir perante situações pontuais mas que existem e ainda que não haja aumento é sempre importante saber lidar com elas", sustentou.

João Lázaro adiantou ainda que se trata de um protocolo "inovador" e que se pretende que seja alargado a outras empresas.

12/1/2011

Carris dá formação para gerir casos de violência



A transportadora Carris e a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) vão dar formação especializada aos colaboradores da empresa para saberem lidar e como agir quando de depararem com situações de violência.

"Este protocolo visa reforçar o apoio aos funcionários da Carris e aos seus utentes no caso de serem vítimas de violência, tendo em conta a responsabilidade social que se impõe", explicou à agência Lusa o presidente da APAV, João Lázaro.

O protocolo que será formalizado esta quarta-feira prevê que a formação seja ministrada por técnicos especialistas da APAV. O mesmo responsável adianta que este se trata de um protocolo inovador em Portugal e pretende que seja alargado a outras empresas no futuro.

O responsável adianta, contudo, que este protocolo não reflete "de maneira nenhuma" um aumento do número de crimes. "Ensinamos a agir perante situações pontuais que existem e ainda que não haja aumento é sempre importante saber lidar com elas", sustentou.

**SOLIDARIEDADE**

Carris assina protocolo de colaboração para assistir vítimas de violência

A Carris assinou, esta manhã, um Protocolo de Colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV). O protocolo visa clientes e colaboradores da Carris vítimas de crime e incidentes graves que ocorram no âmbito da sua actividade. O documento estabelece a cooperação em áreas como a identificação, referenciação e apoio às vítimas de crime ou incidentes graves e a formação especializada, por parte de técnicos da APAV, a colaboradores da CARRIS.

Auto Foco

13-01-2011

Tiragem: 30000

Pais: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Desporto e Veículos

Pág: 7

Cores: Cor

Área: 4,05 x 8,15 cm²

Corte: 1 de 1



APAV/Carris

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) assinou protocolo de colaboração com a Carris, visando apoiar clientes e colaboradores desta empresa transportadora que sejam vítimas de crime ou de outros graves incidentes. Entre as áreas abrangidas pelo protocolo está a formação especializada, por parte de técnicos da APAV, a colaboradores da Carris. As duas entidades também vão desenvolver estudos e acções de sensibilização para o fenómeno, bem como prevenção da criminalidade, da violência, do *stress* e de incidentes graves.



VIOLÊNCIA

**Protocolo entre
a Carris e a APAV**

A Carris assinou um Protocolo de Colaboração com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima que visa apoiar clientes e colaboradores da empresa que sejam vítimas de crime e incidentes graves que ocorram no âmbito da sua actividade.

05-01-2011 - 15:26

Resende “Mostra o Cartão Vermelho à Violência Doméstica”

António Borges assina protocolo na presença de Elza Pais no próximo dia 7 de Janeiro, sexta-feira, pelas 12h00, no Auditório Municipal de Resende. O Presidente da Câmara Municipal, António Borges, vai assinar um protocolo de cooperação com a Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, Sara Falcão Casaca, com vista à promoção de iniciativas de sensibilização sobre os fenómenos da violência doméstica, tendo em vista o direito à dignidade da pessoa humana. A cerimónia conta com a presença da Secretária de Estado para a Igualdade, Elza Pais.



O protocolo permite a integração de Resende na Rede de Autarquias que mostram o Cartão Vermelho à

Violência Doméstica, prevê intervenções proactivas em benefício das mulheres, para que participem mais e com melhores resultados na esfera pública, assim como em benefício dos homens para que participem mais e com melhores resultados na esfera privada; intervenções proactivas que visem tornar igualmente amigável, para homens e para mulheres, qualquer actividade humana socialmente útil e intervenções de reforço de competências básicas para a vida de todas as pessoas.

A assinatura do protocolo de cooperação vai decorrer durante a conferência subordinada ao tema “Mostra o Cartão Vermelho à Violência Doméstica” que vai estar em debate durante todo o dia.

A conferência, que conta com o apoio da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Resende (CPCJ) e do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social “Resende mais Solidário”, dirige-se a todos os profissionais, técnicos, instituições, organizações e a todo o público em geral, tem entrada livre e os trabalhos decorrem entre as 10h30 e as 16h30.

Da parte da tarde, a partir das 14h30, estarão em debate os painéis “O apoio às Vítimas de Violência Doméstica” com intervenção de Maria José Coutinho, Técnica da APAV de Vila Real, e “Violência e Saúde: Que respostas?” por João Redondo, Psiquiatra do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra.

Com a iniciativa pretende-se incentivar a denúncia de situações da violência doméstica junto das autoridades competentes, bem como criar na população em geral um sentimento de intolerância e rejeição face a este tipo de fenómenos.



Câmara de Resende assume compromisso para com a igualdade

“Violência Doméstica”

No dia 7 de Janeiro, no Auditório Municipal de Resende, o Presidente da Câmara Municipal, António Borges, assinou um protocolo de cooperação com a Presidente da Comissão para a Cidadania e Igualdade do Género, Teresa Fragoso, com vista à promoção de iniciativas de sensibilização sobre os fenómenos da violência doméstica, tendo em vista o direito à dignidade da pessoa humana. A cerimónia contou com a presença da Secretária de Estado para a Igualdade, Elza Pais, que procedeu à homologação do protocolo.

Na sua intervenção durante a cerimónia, Elza Pais afirmou que este acto público “é dar continuidade ao trabalho que o Presidente da Câmara de Resende já há muito iniciou nesta autarquia. Trata-se de um compromisso para com a igualdade, um compromisso para com o desenvolvimento, não é um compromisso de simpatia para com as mulheres. Nós não queremos simpatia, nós queremos mais que isso, queremos compromisso, queremos implicação e afirmar a igualdade é mais do que simpatia para com as mulheres, é repor justiça a uma história que nem sempre valorizou os contributos extraordinários que são



os recursos humanos das mulheres”. Por sua vez, António Borges, referiu que “ao subscrevermos perante a Sra. Secretária de Estado da Igualdade um documento como aquele que hoje aqui confirmamos, estamos naturalmente também a assumir perante Resende e os resendenses compromissos e sobretudo um conjunto de políticas de igualdade que procuram objectivos de afirmação de cidadania e dos cidadãos. Estes valores são os valores nos quais acreditamos, porque afinal homens e mulheres são iguais e todo o ser humano tem direito a uma nova oportunidade e, sobretudo, tem di-

reito ao respeito, qualquer que seja a sua condição”. O protocolo permite a integração de Resende na Rede de Autarquias que mostram o Cartão Vermelho à Violência Doméstica, prevê intervenções proactivas em benefício das mulheres, para que participem mais e com melhores resultados na esfera pública, assim como em benefício dos homens para que participem mais e com melhores resultados na esfera privada; intervenções proactivas que visem tornar igualmente amigável, para homens e para mulheres, qualquer actividade humana socialmente útil



e intervenções de reforço de competências básicas para a vida de todas as pessoas. A assinatura do protocolo de cooperação inseriu-se no âmbito da conferência subordinada ao tema “Mostra o Cartão Vermelho à Violência Doméstica” que esteve em debate durante a tarde. A conferência, que conta com o apoio da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Resende (CPCJ) e do Programa Contratos Locais de Desenvolvimento Social “Resende mais Solidário”, dirigiu-se a todos os profissionais, técnicos, instituições, organizações e a todo

o público em geral. Da parte da tarde, estiveram em debate os painéis “O apoio às Vítimas de Violência Doméstica” com intervenção de Maria José Coutinho, Técnica da APAV de Vila Real, e “Violência e Saúde: Que respostas?” por João Redondo, Psiquiatra do Centro Hospitalar Psiquiátrico de Coimbra. Com a iniciativa pretendeu-se incentivar a denúncia de situações da violência doméstica junto das autoridades competentes, bem como criar na população em geral um sentimento de intolerância e rejeição face a este tipo de fenómenos.

*Em resumo***Crise agrava
violência
financeira
contra idosos**

CRISE Os casos de violência financeira contra os idosos podem aumentar com a crise económica das famílias, alertou a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

CRIME A utilização indevida dos recursos do idoso, a imitação da sua assinatura em documentos de estatutos de bens ou a chantagem financeira são tipos de violência financeira.

MÉTODOS Intimidação verbal, utilização dos recursos do idoso, limitação dos seus direitos ou negligência da sua higiene, são formas utilizadas para praticar violência financeira.

PROTECÇÃO João Lázaro, da APAV, acredita que existem muitos idosos a precisar de "uma tutela externa" para que as suas finanças sejam geridas e garantidas.
M. C. N.

Crise pode agravar violência financeira contra pessoas idosas

Apoio à vítima

A crise económica das famílias pode criar ou agravar casos de violência financeira contra os idosos, alerta a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

A chantagem financeira, a utilização indevida dos recursos de um idoso ou o abuso da assinatura

em documentos como testamentos ou estatutos de bens são algumas das formas de violência financeira contra a terceira idade.

Um fenómeno que os especialistas lamentam que não esteja devidamente estudado em Portugal.

“É uma realidade pouco estudada. Com o que temos, tudo indica que só conhecemos a ponta

do icebergue”, alerta à agência Lusa Margarida Pedroso Lima, investigadora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.

João Lázaro, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, acrescenta que a crise financeira “pode levar a que muitas pessoas comecem a aproveitar-se mais

dos seus idosos”. “A prestação social do idoso pode acabar por ser consumida por outro elemento da família que perdeu fontes de rendimentos. Este quadro não é assim tão académico ou hipotético”, afirma.

E defende que os idosos podem ter necessidade de “uma tutela externa” para determinados

aspectos da sua vida, como a gestão de dinheiro. Os dois especialistas acreditam que muitas vezes não há consciência de que algumas acções são consideradas violência. Por exemplo, intimidação física ou verbal, a utilização dos recursos do idoso, limitar os direitos de uma pessoa ou negligenciar a sua higiene. ■



Crise pode agravar violência financeira contra idosos

A crise económica das famílias pode criar ou agravar casos de violência financeira contra os idosos, alerta a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

A chantagem financeira, a utilização indevida dos recursos de um idoso ou o abuso da assinatura em documentos como testamentos ou estatutos de bens são algumas das formas de violência financeira contra a terceira idade.

Um fenómeno que os especialistas lamentam que não esteja devidamente estudado em Portugal.

“É uma realidade pouco estudada. Com o que temos, tudo indica que só conhecemos a ponta do icebergue”, declara à agência Lusa Margarida Pedroso Lima, investigadora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.

João Lázaro, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), considera que a crise financeira “pode levar a que muitas pessoas se comecem a aproveitar mais dos seus idosos”.

“A prestação social do idoso pode acabar por ser consumida por outro

elemento da família que perdeu fontes de rendimentos. Este quadro não é assim tão académico ou hipotético”, afirma.

E defende que os idosos podem ter, por vezes, necessidade de “uma tutela externa” para determinados aspetos da sua vida, como a gestão de dinheiro.

Os dois especialistas, que na quinta-feira participam num encontro nacional sobre violência na pessoa idosa, acreditam que muitas vezes não há consciência de que algumas ações são consideradas violência, que tanto pode ser física, como financeira, psicológica, emocional ou negligência.

A intimidação física ou verbal, a utilização dos recursos do idoso, limitar os direitos de uma pessoa ou negligenciar a sua higiene são tipos de violência.

João Lázaro diz mesmo que o importante seria replicar a “intolerância social” que se sente em relação à violência doméstica nas mulheres e crianças.

“No caso dos idosos é um fenómeno que ainda está muito escondido, é muito subterrâneo.



É preciso caminhar para este sentimento de consciencialização coletiva e de intolerância social”, defende o responsável da APAV.

Também Margarida Pedroso Lima diz que é necessário respeito pelo estatuto da pessoa idosa.

“É preciso respeitar as suas opções, mesmo que sejam contra o que é considerado correto. Uma pessoa idosa com as suas capacidades cognitivas tem direito a dizer que não quer comer. Nós tendemos a infantilizar os mais velhos e a decidir por eles”, comenta.

Aliás, para a APAV, infantilizar uma pessoa idosa pode ser considerado um mau trato psicológico ou emocional.

A investigadora da Universidade de Coimbra considera ainda que o ambiente em que a pessoa idosa vive é de extrema importância para a sua felicidade. Por isso, defende que a estrutura arquitetónica das instituições de acolhimento aos idosos deve merecer mais atenção.

“O que é necessário para que as instituições sejam locais em que vale a pena viver?”, questiona Margarida Pedroso Lima, propondo uma reflexão sobre a resposta a esta pergunta.

Segundo os dados da APAV de 2009, 639 pessoas idosas foram vítimas de vários tipos de violência.



dinheiro digital

quarta-feira, 19 de Janeiro de 2011 | 11:41

 Imprimir  Enviar por Email

APAV: crise pode agravar violência financeira contra idosos

A crise económica das famílias pode criar ou agravar casos de violência financeira contra os idosos, alerta a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima.

A chantagem financeira, a utilização indevida dos recursos de um idoso ou o abuso da assinatura em documentos como testamentos ou estatutos de bens são algumas das formas de violência financeira contra a terceira idade.

Um fenómeno que os especialistas lamentam que não esteja devidamente estudado em Portugal.

"É uma realidade pouco estudada. Com o que temos, tudo indica que só conhecemos a ponta do icebergue", declara à agência Lusa Margarida Pedroso Lima, investigadora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.

João Lázaro, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), considera que a crise financeira "pode levar a que muitas pessoas se comecem a aproveitar mais dos seus idosos".

"A prestação social do idoso pode acabar por ser consumida por outro elemento da família que perdeu fontes de rendimentos. Este quadro não é assim tão académico ou hipotético", afirma.



TERCEIRA IDADE

**Violência financeira
pode aumentar**

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima alertou, ontem, que a crise económica das famílias pode criar ou agravar casos de violência financeira contra os idosos.

A chantagem financeira, a utilização indevida dos recursos de um idoso ou o abuso da assinatura em documentos são algumas das formas de violência financeira contra a terceira idade.



■ ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO À VÍTIMA ALERTA NA VÉSPERA DE ENCONTRO NACIONAL

Crise pode agravar violência sobre idosos

A crise económica das famílias pode criar ou agravar casos de violência financeira contra os idosos, alerta a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

A chantagem financeira, a utilização indevida dos recursos de um idoso ou o abuso da assinatura em documentos como testamentos ou estatutos de bens são algumas das formas de violência financeira contra a terceira idade.

Um fenómeno que os especialistas lamentam que não esteja de-

vidamente estudado em Portugal.

“É uma realidade pouco estudada. Com o que temos, tudo indica que só conhecemos a ponta do icebergue”, declarou à Lusa Margarida Pedroso Lima, investigadora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra.

João Lázaro, da APAV, considera que a crise financeira “pode levar a que muitas pessoas se comecem a aproveitar mais dos seus idosos”.

“A prestação social do idoso pode acabar por ser consumida por outro elemento da família que perdeu fontes de rendimentos.

Este quadro não é assim tão académico ou hipotético”, afirmou.

E defendeu que os idosos podem ter, por vezes, necessidade de “uma tutela externa” para determinados aspetos da sua vida, como a gestão de dinheiro.

Os dois especialistas, que hoje participam num encontro nacional sobre violência na pessoa idosa, acreditam que muitas vezes não há consciência de que algumas ações são consideradas violência, que tanto pode ser física, como financeira, psicológica, emocional ou negligência. □



Intimidação, utilização de recursos e negligência são tipos de violência sobre o idoso. JN

JUSTIÇA



Diogo foi morto a tiro há dois anos. O caso ainda não foi resolvido pela polícia e a família não recebeu qualquer indemnização FOTO JORGE SIMÃO

Vítimas de crime violento sem indemnizações há mais de um ano

Comissão está sem presidente e não pagou um valor estimado em 1,9 milhões de euros

Diogo Ferreira foi assassinado no dia 29 fevereiro de 2009. Levou um tiro na cabeça no estacionamento do Oeiras Parque, nos arredores de Lisboa. Tinha 19 anos e a polícia ainda não descobriu quem o matou. Nem porque. A arma, usada num outro homicídio, umas horas antes, nunca foi encontrada. Os pais — Emília e Carlos Ferreira — têm direito a uma indemnização do Estado e a outra do seguro de trabalho. Não receberam um tostão.

“A seguradora já foi condenada duas vezes, mas recorre e vai adiando o pagamento. A comissão de indemnização às vítimas deixou de funcionar há um ano e agora só lá está uma senhora que me atende o telefone cada vez que ligo e fica contente porque ao menos tem alguém para falar”,

“A indemnização é, em alguns casos, a única maneira de as pessoas sentirem que o Estado as apoia”, defende Joana Marques Vidal, presidente da APAV

conta Emília Ferreira. “Desde que o Diogo morreu estou mais tempo de baixa do que a trabalhar. Queria o dinheiro para poder ir para casa e tratar-me convenientemente, mas não posso”.

A Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes deixou de funcionar em dezembro de 2009, quando o presidente, o juiz-desembargador Caetano Duarte, decidiu abandonar o cargo, ao fim de 12 anos de comissão de serviço. O novo presidente será diretamente escolhido pelo ministro da Justiça. Mas ainda não foi nomeado.

Esta semana o Conselho Superior de Magistratura indigitou a

juíza Maria José Machado para representante dos juízes. O Conselho Superior do Ministério Público ainda não recebeu qualquer pedido para nomear um representante dos procuradores. A Ordem dos Advogados tem uma representante, Márcia Gonçalves, que saiu “porque a Comissão está inativa”, explica uma fonte da organização. “Quando recebermos o pedido deverá ser ela a representante”.

Um ano de burocracia

“As razões que me levaram à saída foram comunicadas por carta ao ministro Alberto Martins. Se ele quiser que as divulgue”, diz Caetano Duarte, que regressou ao Tribunal da Relação de Lisboa e não quer falar mais sobre a Comissão. “Desliguei”, justifica.

“A mim disse que saía porque queria voltar aos tribunais”, conta o ex-secretário de Estado da Justiça, João Correia, que tutelava a Comissão e abandonou o Governo em novembro, depois de um choque com o ministro. “Não houve nada de especial: saí o juiz Caetano, fizemos dois convites a outros dois juizes, que não foram aceites, e foi preciso esperar para que o novo diploma que tutela o funcionamento da Comissão estivesse pronto”.

Para o antigo governante, um ano para resolver o problema não é de mais: “Não houve grande negligência da nossa parte e eu assinei todos os processos (instruídos antes de dezembro de 2009) que me vieram parar à secretária. Eram uns 50”. Os outros ficaram parados.

Joana Marques Vidal, presidente da Associação de Apoio à Vítima, usa um adjetivo: “Lamentável”. O pagamento de uma in-

Quanto vale uma vida

35,7 mil euros, no máximo. É o que a Comissão pode adiantar aos familiares de uma vítima mortal de crime violento. Mas este valor, por ser o máximo previsto, raramente é pago. A média é de 13 mil euros. O cálculo do adiantamento tem em conta a idade da vítima, o estado de saúde e quanto declarou ao fisco nos últimos três anos. Nos tribunais civis não há uma lei que determine o valor de uma vida e já foi afastado o velho cálculo que comparava o valor de um homem ao de um carro médio. “Hoje em dia os tribunais estipulam indemnizações a rondar os 40 mil, 50 mil euros”, explica um juiz do tribunal civil de Lisboa. O valor mais alto já pago em Portugal foi aos pais do jovem afogado no Aquapark, que receberam 300 mil euros — mais 100 mil que os pais de Ruben Cunha, eletrocutado num semáforo de Lisboa em 1997. Ainda esta semana um tribunal condenou três arguidos a pagarem 230 mil euros aos filhos de uma mulher que afogaram no rio Cávado.

Ministro pouco esclarecedor

O Expresso enviou perguntas ao ministro da Justiça, Alberto Martins, para saber porque é que demorou mais de um ano a substituir o presidente da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes, se o espaço de tempo é aceitável e quantos processos estão parados. O gabinete do ministro enviou, por escrito, o seguinte: “O Decreto-Lei que regula a constituição, o funcionamento e o exercício de poderes e deveres da Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes foi publicado em 27 de outubro de 2010. Foram remetidos ao Conselho Superior do MP, ao Conselho Superior da Magistratura e à Ordem dos Advogados os pedidos de nomeação dos membros que representam estas entidades na comissão; A Comissão está a ser ultimada e analisada a forma de funcionamento e o modo de instrução do processo que passa a ser da competência da nova Comissão; Os pedidos de indemnização estão a ser processados e tratados”. Nenhuma das perguntas foi respondida.

demnização “não paga uma vida, como é óbvio”, mas “nalguns casos é a maneira de as pessoas sentirem que o Estado as apoia de qualquer forma”, explica a magistrada do Ministério Público. O contrário do que está a acontecer agora.

Caetano Duarte saiu quando o Conselho de Ministros aprovou, no final de 2009, uma lei que definia os valores a pagar pela comissão aos familiares ou às vítimas de crime violento.

150 processos pendurados

Faltava outro diploma para regular o funcionamento da Comissão, que demoraria um ano a ficar pronto. E segundo este diploma, é o presidente da Comissão que continua a analisar os casos e decide quem tem direito a uma indemnização e quanto recebe. Depois será o Ministério da Justiça a fazer os pagamentos. Resultado? Durante mais de um ano todas as pessoas que fizeram um pedido de indemnização à Comissão tiveram o processo parado. “Eu fui ouvida em novembro de 2009 e nunca mais me chamaram”, diz Emília Ferreira.

Segundo dados da própria Comissão, todos os anos há 1500 pessoas vítimas de crime violento. Por desconhecimento da lei, só 10% pedem a indemnização à Comissão, que adianta o dinheiro, sendo depois ressarcida pelo arguido. “Isso no caso em que o responsável é condenado ou tem dinheiro para devolver”, frisa o juiz Caetano Duarte.

Com este impasse, e tendo em conta que haverá 150 processos pendentes e que a comissão paga em média €13 mil, o Governo terá poupado 1,9 milhões.

RUI GUSTAVO
rgustavo@expresso.imprensa.pt

APAV preocupada com casos de esgotamento profissional

Profissionais de saúde, professores ou técnicos de acção social estão na lista das ocupações com maior número de casos de esgotamento laboral, segundo a APAV

LUÍS PEDRO SILVA
lsilva@acorianoriental.pt

As pessoas com profissões muito stressantes ou que lidam com situações traumáticas estão sujeitas a serem vítimas de 'burnout' ou esgotamento profissional, um novo problema que preocupa a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV).

O tema foi debatido durante as I Jornadas da APAV Açores contra a Violência, porque cada vez existem mais profissionais com sintomas de esgotamento.

"O burnout está relacionado com o esgotamento profissional em profissões desgastantes, que trabalham sem supervisão ou apoio e absorvem toda a carga emocional do trabalho desenvolvido, e podem entrar numa situação de ruptura", explica Helena Costa, gestora da APAV Açores.

A situação de 'burnout' acontece quando as pessoas "não aguentam mais o trabalho, faltam diversas vezes e apresentam uma elevada desmotivação".

A minimização deste problema poderá efectuar-se com pequenas alterações no posto de trabalho, desde a abertura de janelas para a entrada de luz exterior, a colocação de uma máquina de café ou a pintura do local de trabalho.

"Trabalhar num local fechado, sem luz solar, é considerado um espaço pouco agradável. A alteração da luminosidade, cores de uma sala, modificação das secretárias ou colocar as pessoas consoante as suas preferências e não conforme a escolha do coordenador do serviço, também é impor-



Helena Costa fala da problemática relativa a 'burnout' nos Açores

Situações extremas de 'burnout' podem levar ao suicídio de trabalhadores

O autor do livro "Travailler à mourir" (Trabalhar até morrer) estima que existe um suicídio por dia em França, devido a esgotamento laboral. Paul Moreira, jornalista e co-autor deste livro, numa entrevista ao Jornal de Notícias, em Outubro, explicava que o objectivo das empresas em aumentar a rentabilidade, reduzindo custos, provocou diversas situações de ruptura

Os problemas quando são descobertos numa fase inicial são facilmente solucionáveis", constata Helena Costa.

As maiores dificuldades surgem em caso de excessivo tempo em 'burnout'. Nestes casos, a melhor recomendação é o acompa-

nhamento por um psicólogo. As profissões com maiores problemas de esgotamento surgem na área da saúde e na área da acção social, para quem é exposto a problemas extremos.

"Os técnicos da APAV têm este problema porque lidam com os familiares das vítimas de homicídio ou violência doméstica grave e abuso sexual. Os professores nas escolas, porque têm excesso de trabalho, as turmas têm excesso de alunos e existem problemas de indisciplina", destaca Helena Costa.

No caso dos técnicos da APAV, os maiores problemas identificados é levarem os problemas do trabalho para casa, "porque ninguém ensina a desligar os problemas quando se sai da associação", conta Helena Costa.

"Uma das coisas que se pode fazer é realizar uma caminhada de trinta minutos no final do dia de trabalho", mas também existem outras formas de lidar com este problema. Cada pessoa poderá encontrar a sua forma de minimizar o problema. Algumas pessoas optam por fazer desporto, outras querem fazer activida-

des gratificantes, porque actividades problemáticas não permitem desligar das situações de stress", sublinha a gestora da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima nos Açores.

Neste momento, a APAV ainda não possui nenhum dado estatístico sobre a incidência de efeitos de 'burnout' nos Açores, devendo apenas divulgar os dados estatísticos no início do próximo ano. No entanto, um estudo interno efectuado no seio dos técnicos da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima detectou diversas situações de profissionais com sintomas de "burnout" ou esgotamento profissional.

A situação deverá ser comum a outras profissões. Pode haver até situações em que as pessoas com esses sintomas desconhecem que precisam de apoio psicológico. ♦

POUPA MAIS

**ATÉ AO ÚLTIMO EURO.
ATÉ AO ÚLTIMO MINUTO**

Informe-se detalhadamente junto do Millennium bcp.
Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta - Sede: Praça D. João I, nº 28, 4000-295 Porto
Capital Social 4.694.600.000 Euros - N.º único de matrícula e de Pessoa Colectiva 501525882

707 50 24 24
Atendimento Personalizado 24h
www.millenniumbcp.pt



ID: 33791401

28-01-2011

No namoro raparigas 'agredem' mais que rapazes

Violência. Estudo revela que 30% dos adolescentes são alvo de violência emocional na relação. Elas dizem-se vítimas mas controlam mais. Eles desvalorizam, para "não dar parte fraca"

RITA CARVALHO

Ana proíbe o namorado de falar com Cristina e Joana, duas das suas melhores amigas. O ciúme leva-a ainda a controlar cada passo que ele dá e as mensagens que recebe no telemóvel. A violência emocional entre este casal de adolescentes não é rara. Quase um em cada três rapazes e raparigas que namoram já perseguiu, insultou ou proibiu o outro de falar com terceiros, pelo menos uma vez.

Curiosamente, apesar de os rapazes terem mais tendência para banalizar a violência, e continuarem a partilhar preconceitos sexistas e machistas, são elas que agredem mais no namoro. Em adultos, a tendência inverte-se. As mulheres é que se tornam as maiores vítimas de violência doméstica.

As conclusões são do estudo "Violência, Género e Adolescência", realizado pelo Centro de Investigação e Estudos de Sociologia do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), apoiado pela Câmara Municipal de Cascais, e que foi ontem apresentado.

No total, foram inquiridos 501 jovens do 9º ano, dos quais 395 tinham ou já tinham tido namorado. A amostra foi um grupo de alunos

das escolas públicas do concelho de Cascais.

"Os jovens nesta idade ainda estão em fase de definição dos papéis sexuais e a descobrir por onde devem ir. É uma fase de imaturidade emocional e a instabilidade é geradora de violência", explicou ao DN João Sebastião, coordenador do estudo. Por isso, as "raparigas, que podem ser mais inseguras, tendem a proteger a relação".

Contudo, sublinha o também coordenador do Observatório de Segurança Escolar, isto acontece nas formas mais ligeiras de violência, como a emocional ou de exclusão social. Ou seja, nos insultos, no falar mal do outro, em última instância, no agredir com um estalo.

Para Rosa Saavedra, psicóloga da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), as conclusões não

são surpreendentes e vão ao encontro dos resultados de outros estudos nacionais e internacionais. E têm uma explicação: "Tem que ver com o significado que cada um atribui à violência. Se elas valorizam mais a violência física, têm tendência para desvalorizar o boato, a perseguição ou o insulto.

Os rapazes, por seu lado, não valorizam a agressão psicológica. E não assumem que são vítimas, até por uma questão de estatuto social."

Na prática, explica a investigadora, "a rapariga considera uma grande ofensa levar um boato. O rapaz, se a levar, não vai 'dar parte fraca' e assumir-se como vítima".

O estudo dos investigadores do ISCTE revela ainda que 7,9% dos alunos assumiram já ter sido insultados algumas vezes, 6,3% terem sido proibidos de contactar com alguém e 2,8% empurrados pelo namorado ou namorada.

Já quanto à violência mais grave, como praticar actos sexuais contra vontade, 98,7% garantiram nunca tê-la sentido. Contudo, os 0,8% que reconheceram terem sido vítimas, algumas ou muitas vezes, de actos violentos graves são motivo de preocupação para pais, professores e políticos.

fessores e políticos.

Para a investigadora da APAV, a violência emocional, apesar de menor, é muito preocupante. "É mais desvalorizada, as pessoas não pedem tanto ajuda, mas tem um impacto social ainda maior. É silenciosa, e causa danos no sucesso escolar, na desmotivação para as actividades e no futuro dos jovens. E a violência menor parece sempre a mais grave", alerta.

Jovens sofrem em silêncio

Nestes casos, os adolescentes tendem a contar o sucedido só aos amigos, não denunciando o agressor a adultos e sofrendo um pouco em silêncio. "Os amigos não são os mais eficientes na resolução do assunto. Namorar nesta idade é um estatuto. E a mensagem que dão é que mais vale ter um namorado (a) que agride e controla do que não ter. O ciúme é visto como prova de amor", explica a psicóloga.

O estudo mostra que 66% dos jovens contam as agressões no namoro aos amigos, 24% à mãe e 8% ao pai. Os professores, apesar de serem considerados mediadores importantes, na prática, só são chamados por 8,8% dos jovens.

Os resultados dos estudos serão debatidos a nível concelhio. "É preciso prevenir e trabalhar estas questões culturais e de educação. E se aos 14 anos já têm estas crenças tão enraizadas, há que intervir e sensibilizar mais cedo", explicou ao DN Mariana Ribeiro Ferreira, vereadora de acção social da autarquia.

OUTROS DADOS

ENTRE COLEGAS

➤ **Jovens** consideram violência ligeira como algo banal. Desde o início do ano passado, mais de 95% dos adolescentes estiveram envolvidos como vítimas ou como agressores em pelo menos uma situação de violência, sendo que na maioria dos casos assumiram mesmo ambos os papéis.

IDADE

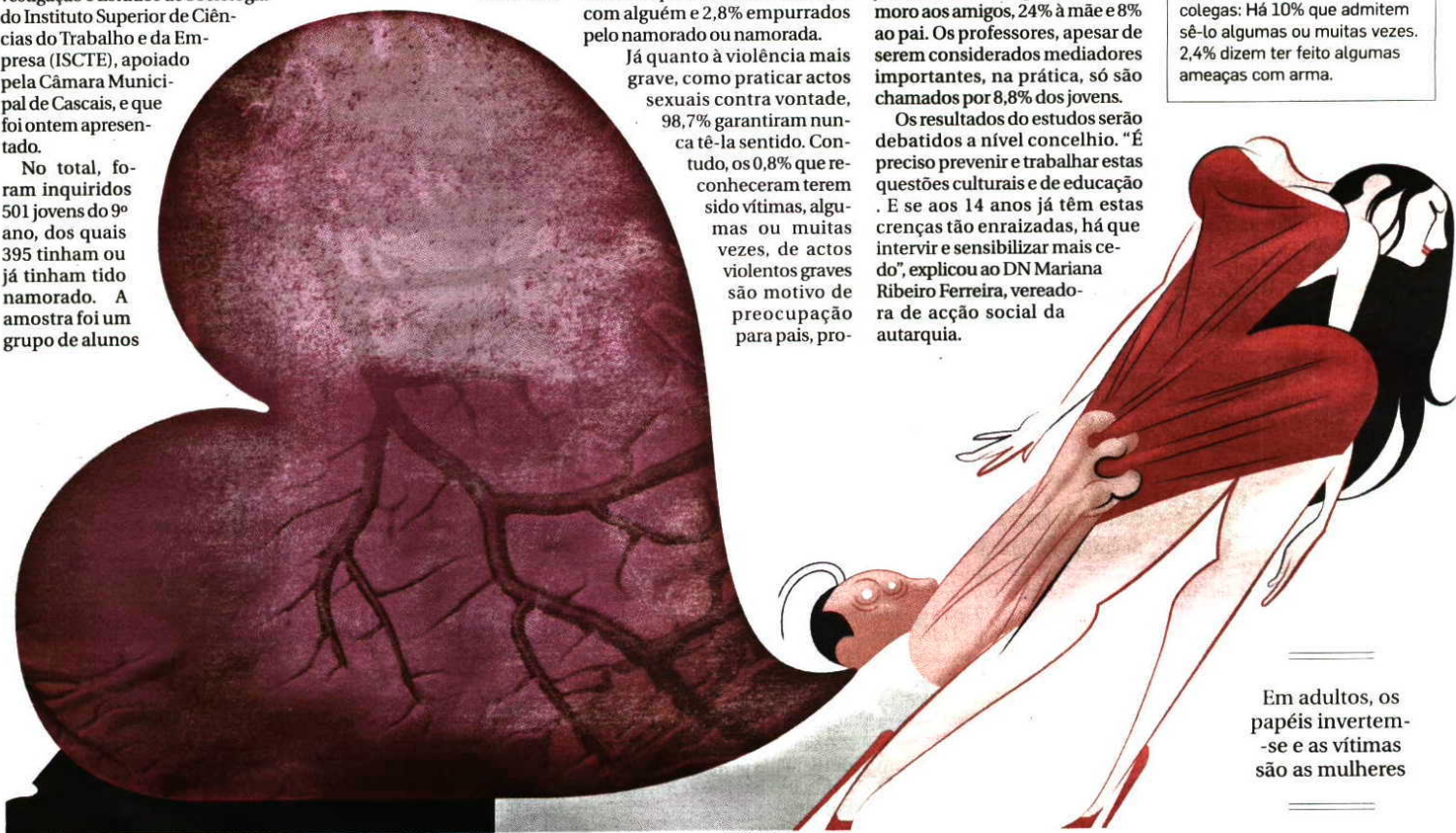
➤ **Maiores** de 16 anos agredem mais e são mais vítimas de violência no namoro. É também neste grupo etário que estão os principais agressores entre pares. No grupo de adolescentes que já repetiram um ou mais anos as tendências são semelhantes às anteriormente observadas para o grupo dos/as mais velhos/as.

ACTUAÇÃO

➤ **Agir** para pôr fim a uma agressão não é prática comum entre os adolescentes, só quando estão em causa os seus amigos. 25% assumem que não fazem nada, 10% consideram que não é um problema seu, 15% por não terem coragem de o fazer, embora condenem o acto que estão a presenciar.

EXCLUSÃO SOCIAL

➤ **Alunos** dizem que são ignorados e excluídos pelos colegas: Há 10% que admitem sê-lo algumas ou muitas vezes. 2,4% dizem ter feito algumas ameaças com arma.



Em adultos, os papéis invertem-se e as vítimas são as mulheres

ANDRÉ CARRILHO

**“Paixão, Amor e Romance”**

Coordenado por António Murteira da Silva e Rui Costa, o livro “PAR – Paixão, Amor e Romance” conta com a participação de 80 figuras públicas e os direitos reverterem em prol das instituições APAV e Raríssimas. A nova obra contém histórias românticas, sugestões de escapadinhas, músicas românticas, receitas e, até, ‘vouchers’ de desconto para mimar a sua cara-metade. Uma oferta ideal no Dia de São Valentim. Edição da Bertrand.

LIVROS

POR FILIPA ESTRELA ○○○○



PAR – Paixão, Amor e Romance

Vários

Bertrand Editora

★★★★★

Com o dia dos namorados à porta, este é o aliado para ter o PAR ideal. Mais do que um livro, é um guia de ideias, músicas, receitas e histórias românticas de 80 figuras públicas. O livro está dividido entre as sugestões femininas (como Ana Lamy, Paula Bobone, Clara de Sousa ou Maria de Belém) e as propostas deles (como Tozé Martinho, Rui Unas, Fernando Alvim ou Chakall). Organizado por António Murteira da Silva e Rui Costa, o livro oferece *vouchers* e parte dos lucros reverte para a APAV e Raríssimas.



Conspiração 365 - Janeiro

Gabrielle Lord

Contraponto

★★★★★

Aos 15 anos, Cal recebe um bilhete. «Mataram o teu pai. Vão matar-te. Tens de sobreviver nos próximos 365 dias!» A aventura pode ser acompanhada mês a mês. São 12 meses. 12 títulos!



O Ocaso

Chuck Hogan e Guillermo Del Toro

Objetiva

★★★★★

Este Volume II da trilogia *A Estirpe* é obrigatório, mesmo para quem já está farto de vampiros.



Correspondência 1957-1960

Raúl Leal e Jorge de Sena

Guerra & Paz

★★★★☆

Com prefácio de José Augusto Seabra, a obra mostra a correspondência entre dois grandes vultos da literatura portuguesa do século XX.



O Senhor Eliot

Goncalo M. Tavares

Editorial Caminho

★★★★★

Personagem a personagem,
o escritor vai compondo o seu
Bairro. Este é o 10.º livro e
conta com sete conferências
de Eliot sobre sete poetas.